

## CARACTERÍSTICAS SEMÂNTICAS DA ALTERNÂNCIA DE NOMES EM NARRATIVAS PARKATÊJÊ

### SEMANTIC CHARACTERISTICS OF CODE-SWITCHING INVOLVING NOUNS IN PARKATÊJÊ

Cinthia de Lima Neves  
Mestre em Letras – Linguística  
Universidade Federal do Pará  
(cinthianeves@gmail.com)

Marília de Oliveira Ferreira  
Doutora em Letras  
Universidade Federal do Pará  
(marília@ufpa.br)

**RESUMO:** Por décadas a alternância de códigos (*code-switching*) foi vista como uma “mistura irregular de dois sistemas distintos” (LABOV, 1971, p. 457). Gumperz (1982) propôs o primeiro inventário de funções do *code-switching*, mostrando que este fenômeno é uma estratégia discursiva adotada por falantes bilíngues para transmitir significados de natureza sócio-pragmática e dar informações contextuais equivalentes ao que é transmitido através da prosódia e outros processos lexicais ou sintáticos em ambientes monolíngues. A alternância de código é recorrente em narrativas orais tradicionais do povo parkatêjê. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas ocorrências da alternância envolvendo a classe de nomes e suas funções no discurso do falante nativo.

**Palavras-chave:** Code-switching; Estratégia discursiva; Nomes; Parkatêjê;

**ABSTRACT:** For decades code-switching was seen as an "irregular mixture of two distinct systems" (Labov, 1971, p 457.). Gumperz (1982) proposed functions of code-switching, showing that this phenomenon is a discourse strategy adopted for bilingual speakers to convey meanings of socio-pragmatic and give contextual information equivalent to which is transmitted by prosody and other processes lexical or syntactic in monolingual speech. Code-switching is recurrent in traditional oral narratives Parkatêjê people. The objective of this work is to present some instances of the phenomenon, involving nouns and their functions in native speaker speech.

**Keywords:** Code-switching; Discourse strategy; Nouns; Parkatêjê

### Introdução

A língua Parkatêjê pertence à maior família linguística do grupo Macro-Jê, a família Jê. Juntamente com outras línguas (Krahô, Krinkati, Apaniekrá-Canela, Ramkokamekrá-Canela, Pykobjê-Gavião, Krenjê e Apinajê) forma um grupo de línguas inteligíveis entre si em diferentes graus denominado “Complexo Dialetal Timbira” (Rodrigues, 1986). Além de aspectos linguísticos, fonético-fonológicos e sintáticos, esses povos compartilham características culturais: a disposição das

casas em forma circular na aldeia e o costume de realizar a corrida de toras, por exemplo.

Atualmente, o Parkatêjê é falado por aproximadamente 10% de uma população de 478 pessoas<sup>1</sup> residentes na Terra Indígena Mãe Maria, localizada a 30 Km do sul de Marabá, às margens da BR-222, sudeste do Pará.

Segundo Araújo (1989, p. 8), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) contactou o primeiro grupo de índios gavião (Rõhõkatêjê) em 1956, ano em que as terras onde se encontram foram por eles ocupadas e até 1976 o território era conhecido por “Posto Indígena Mãe Maria”. Esse contato foi inevitável, pois foi “a única possibilidade de sobrevivência física para os componentes do grupo do Cocal, localizado, então nas cabeceiras do rio Praia Alta, no município de Itupiranga” (FERRAZ, 1993 apud FERREIRA, 2003, p. 20).

O contato com o mundo *kupê*<sup>2</sup> garantiu a sobrevivência do povo parkatêjê, permitiu a união dos grupos e os tornou independentes em termos econômicos. Entretanto, a língua portuguesa ocupou espaços cada vez maiores no grupo “depreciando o uso da língua tradicional, percebida como insuficiente para os novos relacionamentos que se estabeleciam” (ARAÚJO, 2008).

Em sua definição mais simples, “contato linguístico” é o uso de mais de uma língua no mesmo tempo e no mesmo lugar (THOMASON, 2001). Contato, segundo Crystal (2006, p. 102) é

Um termo utilizado na sociolinguística para se referir a uma situação de continuidade geográfica ou íntima proximidade social (e desta forma de influência mútua) entre línguas e dialetos. (...) em um sentido restrito, diz-se que as línguas estão “em contato” se elas são usadas alternadamente pelas mesmas pessoas, isto é, bilíngues.

De qualquer perspectiva, as definições para o termo incluem três elementos básicos: as línguas (duas ou mais), os falantes dessas línguas e o contexto sócio-cultural em que o contato ocorre, que pode ser incorporado no espaço étnico de cada comunidade de fala ou criado pela junção das comunidades envolvidas. Os estudos linguísticos tendem a dar ao fenômeno uma abordagem sistêmica e/ou uma abordagem social, prevalecendo nestes estudos o primeiro e o

<sup>1</sup> Dados do Posto de Saúde da Comunidade apresentados em Krõhõkrenhum Jõpaipaire (2011, p. 97).

<sup>2</sup> O que não é indígena.

último elementos, deixando-se, à parte da discussão, os verdadeiros agentes do contato, ou seja, os falantes em sua individualidade, que também permitem uma interpretação acerca de fatores sociolinguísticos como as atitudes e as percepções do falante diante do contato, bem como suas consequências (GÓMEZ-RENDÓN, 2008, p. 12).

Qualquer que seja o grau de intensidade e o momento em que ocorre, o contato provoca mudanças, ou, pelo menos, a influência de uma língua sobre a outra. Thomason (2001, p. 14) divide as influências e suas consequências do contato em três níveis vistos como

Um conjunto hierárquico de tipologias, começando com uma divisão de três vias no nível mais alto em mudança de língua induzida por contato, mistura extrema de línguas (resultando em pidgins, crioulos e línguas bilíngues misturadas) e morte da língua.

O resultado mais comum do contato linguístico é o empréstimo de palavras, no qual falantes de algumas línguas podem tomar mais palavras do que falantes de outras, mesmo em situações em que os níveis de bilinguismo são mais ou menos equivalentes. O empréstimo de palavras apenas é a consequência mais comum em caso de influência mútua; é possível encontrar casos de transferência em todos os aspectos linguísticos – fonologia, morfologia, sintaxe e semântica lexical – pois todos os níveis da estrutura estão sujeitos à transferência de um idioma para outro, sem restrições linguísticas absolutas de tipos ou números de traços, dada a combinação de circunstâncias sociais e estruturais (THOMASON, 2008, p. 42).

As mudanças induzidas por contato têm os fatores sociais como determinante primário para os resultados segundo Thomason e Kaufman (1988).

### **Alternância *versus* empréstimo**

Empréstimo é o termo usado nas discussões sobre interferência, transferência e empréstimo para se referir ao que ocorre com os itens lexicais nas situações de influência de uma língua sobre outra. Entretanto, ao falar dessa influência mútua, deve-se considerar o fato de que as palavras podem interagir na fonologia, morfologia, sintaxe e semântica (ROMAINE, 1995).

Muysken (1995, p. 189) se refere a empréstimo como “the incorporation of lexical elements from one language in the lexicon of another language”. O autor distingue três níveis no processo: a) inicialmente, um bilíngue fluente insere espontaneamente um elemento lexical “1” de uma língua A em uma sentença de uma língua B; b) com o tempo, a inserção de “1” torna-se frequente na comunidade de fala, ou seja, ocorre uma alternância convencionalizada; c) finalmente, o elemento “1” é adaptado fonológica, morfológica e sintaticamente às regras da língua B e está integrado ao léxico dessa língua, sendo reconhecido pelos falantes monolíngues dessa língua como uma palavra pertencente a ela. Todavia, entendemos que a ocorrência desses três níveis podem não ocorrer da forma enunciada pelo autor, uma vez que nem sempre a introdução de elementos lexicais de uma segunda língua é feita por um falante “bilíngue fluente”. Além disso, quando o termo é introduzido, a adaptação fonológica ocorre praticamente de modo imediato<sup>3</sup>.

O processo que leva uma língua ao empréstimo é complexo e pouco compreendido. Analisando sincronicamente, em dado momento uma palavra é parte de uma língua e não de outra. Em outro momento, essa mesma palavra pode ser usada por falantes monolíngues de duas línguas. De um ponto vista diacrônico, o que ocorre com essa palavra entre um momento e outro? Por isso entre o segundo e o terceiro nível de Muysken está uma das questões mais debatidas nas pesquisas sobre contato de línguas, pois é difícil definir em que momento um item lexical recebe o *status* de empréstimo numa língua, pois a mudança linguística é um processo diacrônico (WEINREICH, LABOV E HERZOG, 1968), e a distinção entre uma simples alternância e uma incorporação nem sempre é clara.

Myers-Scotton (1992, p. 33) aponta duas maneiras principais de diferenciar os dois fenômenos:

Primeiro, falantes da ML [língua matriz] podem ser monolíngues e ainda usar formas de B, mas aqueles que usam formas de CS [alternância de código] devem demonstrar algum grau de bilinguismo. Segundo, formas de B adquiriram status como parte da gramática da ML e, portanto, sua frequência relativa para codificar os conceitos que eles representam em um grande corpus de dados é mais parecida com a de forma nativa do que a forma de CS.

---

<sup>3</sup> Agradecemos a um dos revisores anônimos pela explicação aqui incorporada ao presente artigo.

Além disso, para a autora, a frequência de ocorrência da alternância de código é previsível e diferente das ocorrências de formas nativas da língua: ocorrendo em um determinado número de falantes, uma ou duas vezes.

Grosjean (1982, p. 308) propõe que os dois fenômenos se distinguem com base em processos fonológicos e morfológicos:

Uma alternância pode ser de qualquer tamanho (uma palavra, uma frase, uma sentença) e é uma mudança completa para o outro idioma, ao passo que um empréstimo é uma palavra ou expressão curta que é adaptada fonologicamente e morfológicamente à língua que está sendo falada.

Segundo Romaine (1995, p. 56), palavras totalmente assimiladas em uma língua

São utilizados por monolíngues, que podem ou não estar cientes de suas palavras estrangeiras, a menos que por um acaso conheçam a história da língua. Em outras palavras, elas não são, provavelmente, sequer percebidas como estrangeiras pela maioria dos falantes.

Alguns linguistas propõem que o caminho feito pelo item emprestado parta primeiramente de seu uso por um ou mais bilíngues, no nível da fala (*speech borrowing*), quando a fonologia e a morfologia deste item ainda estão indefinidas. A palavra passa, então, a ser usada concomitantemente com seu equivalente monolíngue e nem todos os bilíngues a usam na fala cotidiana. Muitos empréstimos, segundo Grosjean (1982, p. 334), não ultrapassam este estágio. Se, no entanto, monolíngues começam a usar este termo e ele resiste ao conservativismo da língua que o recebe, há grandes chances de ele ser aceito e adaptado (*language borrowing*). O percurso não é simples como parece:

Algumas palavras são emprestadas quase da noite pro dia, outras passam por um longo estágio intermediário, algumas palavras são trazidos por um bilíngue, outras são lentamente aceitas por uma grande comunidade bilíngue antes de serem transferidas para o grupo monolíngue.

Mackey (1970, p. 201) diz não ser possível determinar onde/quando exatamente uma palavra sai do “*speech borrowing*” (interferência) para o “*language borrowing*” (integração), pois se uma palavra pertence a uma língua ou a duas não é uma questão de sim ou não, mas de gradação.

Weinreich (1968) compara os dois níveis à areia de um lago: *speech borrowing* é a areia levada pela correnteza e *language borrowing* é como aquela depositada no fundo do lago. Assim como a movimentação ou não da areia pelo fluxo da água depende de muitos fatores, a transformação de uma interferência em uma integração depende de variáveis linguísticas, sociais e culturais.

Grosjean (1982) observa que durante a transição a palavra estrangeira é tratada diferente pelos monolíngues. Por isso, uma palavra emprestada é finalmente aceita quando não há tratamento diferenciado entre ela e as outras palavras da língua, quando dicionários e instituições e figuras intelectuais a aceitam, passando a ser “empréstimo” somente na história.

Outro ponto discutido nas pesquisas sobre contato e influência de uma língua em outra requer atenção: por que as línguas emprestam termos de outras? Weinreich (1968) aponta três razões: a) a frequência de uso de pares homônimos, ou seja, palavras usadas com menos frequência tendem a ser substituídas; b) necessidade de se expressar em domínios como a da emoção, da comida e da comunicação, fazendo as palavras antigas perderem sua força diante da boa aceitabilidade do novo termo; e, a maior dentre as três razões, c) necessidade de designar novos conceitos, pois a língua reflete as influências políticas, tecnológicas, culturais e até econômicas que uma cultura sofre.

Esta última razão apontada por Weinreich (1968) para o empréstimo leva Grosjean (1982) a considerar o empréstimo lexical como o principal resultado do contato de línguas. Os empréstimos lexicais são, de acordo com Myers-Scotton (1992), de dois tipos: empréstimos culturais, que se relacionam a objetos ou conceitos novos para a cultura da língua que recebe o termo; e empréstimos nucleares, que representam objetos ou conceitos já codificados nessa língua. A autora ressalta, no entanto, que essa é uma forma simplificada de se referir aos empréstimos; algumas formas

Só se tornam parte da competência de certos grupos de falantes, nem todos, e algumas formas B nunca alcançam a generalização, mas são limitadas a determinados estilos. Além disso, o grau de integração fonológica (e mesmo morfológica) de um B pode se diferenciar de falante para falante, dependendo do perfil sociolinguístico do falante (incluindo o grau de bilinguismo).

Os empréstimos lexicais entram nas línguas por diferentes processos, é necessário apenas haver um vínculo entre a alternância de código e o processo de empréstimo dessas formas, porque elas preenchem um vácuo lexical, podendo entrar na língua sem esforços adicionais. Embora as formas nucleares possam entrar em uma língua sem uma alternância de código generalizada entre seus falantes, Myers-Scotton (1992) considera o *code-switching* um mecanismo óbvio para introduzi-las, pois o fenômeno “displays potential B forms in juxtaposition with material from the B language”. O peso desta justaposição, agregado ao tempo e às interações, resultam no empréstimo; ou seja, um termo emprestado tipicamente começa como uma forma de alternância (*speech borrowing*), retomando a ideia de um contínuo entre a forma que ora pertence a uma língua apenas, ora a duas. Cabe ressaltar que “while some cultural B forms also enter the language through CS, these B forms often enter the ML<sup>4</sup> abruptly, in the same manner as the object/concept for which they stand”.

O bilinguismo está na origem dos empréstimos linguísticos e “as long as languages continue to come into contact with one another, through individual bilinguals and in bilingual communities, they will not fail to influence one another” (GROSJEAN, 1982, p. 341).

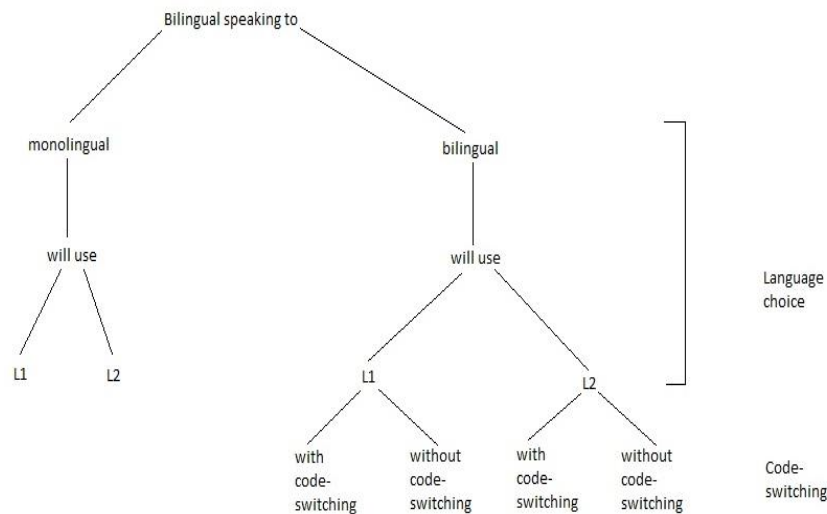
Sempre que se fala em bilinguismo é necessário se referir aos empréstimos, pois eles são o legado dos que convivem com duas línguas.

### **A escolha da língua**

Um indivíduo bilíngue ao se comunicar apresenta características próprias, podendo optar pelas variantes e línguas que domina de acordo com seu interlocutor ou com a situação em que a interação ocorre. Ou seja, o bilíngue não apenas pode escolher entre diferentes variedades de uma língua, como pode escolher entre duas línguas. Enquanto um indivíduo monolíngue muda de uma variante de uma língua para outra, “a bilingual may change varieties in one language, change languages, or do both” (Grosjean, 1982, p. 128). O esquema abaixo apresentado por Grosjean (1982) ilustra o repertório de opções que um bilíngue possui na interação, a depender do seu interlocutor:

---

<sup>4</sup> Matrix language



**Figura 1: A escolha da língua. Adaptada de Grosjean (1982).**

Assim, uma situação de bilinguismo, na qual o indivíduo tem habilidade de fazer escolhas entre variedades de uma mesma língua ou duas línguas, resulta, segundo Wardhaugh (2006, p. 101), pelo menos, em ocorrência de alternância entre os códigos (*code-switching*) envolvidos na interação. Este fenômeno recorrente na fala bilíngue constitui, portanto, um importante aspecto do contato de línguas, mas apenas recentemente recebeu atenção de pesquisadores.

A alternância de código caracteriza-se pelo uso de duas ou mais línguas em uma conversação. Poplack (1980a, p. 583) define esse fenômeno como “the alternation of two languages within a single discourse, sentence or constituent”. Grosjean (1982, p. 145) propõe que seja “the alternate use of two or more languages in the same utterance or conversation”.

Pesquisadores de vertentes sociolinguísticas e funcionalista de estudos sobre a alternância de código buscam analisar as funções deste fenômeno no discurso, já que consideram que o uso da língua, em especial, a escolha linguística, mapeia relações sociais definidas. Um dos estudos sobre a função da alternância de código que buscaram provar o propósito discursivo do fenômeno foi o de Gumperz e Hernández-Chavez (1970), no qual foram mostrados exemplos em que a alternância servia às funções de marcação de identidade étnica, apresentação de citações, preenchimento de um determinado item lexical e de criação de um contexto de maior



privacidade e confidencialidade. Neste estudo os autores apontaram a existência de relações entre língua e fenômeno social e mostraram que o *code-switching* não é um fenômeno aleatório e destituído de sentido.

Para denominar as pistas de natureza sociolinguística utilizadas para sinalizar as intenções comunicativas ou para inferir as intenções conversacionais do interlocutor, Gumperz adotou o termo pistas de contextualização. São mecanismos linguísticos que indexam “como o conteúdo semântico deve ser compreendido e como cada sentença se relaciona ao que a precede ou segue” (GUMPERZ, 1982, p.131). Vários mecanismos formais podem ser utilizados como pistas contextuais, como, por exemplo, traços prosódicos, formas sintáticas e, segundo o autor, o *code-switching*. Assim, a alternância de códigos serve a objetivos de contextualização em situações multilíngues, sendo, em geral, acompanhada por pistas entoacionais, tonais, rítmicas, gestuais. A co-ocorrência destas pistas pode auxiliar na interpretação do significado da alternância, segundo o autor.

A próxima seção apresenta e discute exemplos de alternâncias encontrados em narrativas orais tradicionais coletadas na comunidade parkatêjê.

### **A semântica dos nomes alternados**

Um tipo de alternância descrito por Poplack (1981) é o que autora chama de alternância de nome, na qual apenas um substantivo da outra língua é inserido no discurso. Esta categoria intra-sentencial apresenta a maior proporção de alternância. Segundo Romaine (1995, p. 125) uma das razões para a alta frequência de ocorrência deste tipo de troca é o fato de esta classe ser “relativamente livre de restrições sintáticas”.

Ferreira (2003, p. 47) aponta algumas características sintáticas que definem a classe de nomes na língua parkatêjê, dentre as quais estão: a) a posição de núcleo de uma locução nominal, ocorrendo como sujeito e objeto de verbos e posposições; b) a possibilidade de ocorrer como predicado de orações não-verbais; e c) a possibilidade de serem modificados por descritivos, quantificadores, demonstrativos e outros nomes.

Em português o **nome** substantivo funciona como núcleo do sintagma nominal, acompanhado por determinantes e modificadores. As duas línguas, portanto, permitem troca nesta classe sem violação de suas estruturas sintáticas:

(1) Mëntia cinco mpy dez tō mō wa pê matwÿre aika amē anē  
Mulher [eram] cinco, homem [eram] dez, poucas pessoas. Então ficamos aqui mesmo.

Mëntia	cinco	,	mpy	dez
Mulher	cinco	,	homem	dez

Os outros dados em que ocorre alternância de nomes seguem a mesma estrutura sintática, em pontos nos quais a justaposição das línguas sem prejuízos sintáticos é possível.

Como já mencionado, na troca de línguas estão envolvidos fatores pragmáticos e semânticos. Em alguns casos palavras de uma língua expressam com mais clareza ou são mais adequadas à ideia à qual o falante quer se referir; e ele, então, opta pela troca:

(2) Amtÿ nã mē ikÿre *governo chefe* nã  
Como faz o governo, prepara o chefe.

(3) Kãmã apte anē tanē hikitire aite mã *caboco* nãre tũm nã  
Eu não sei escrever porque eu sou caboclo [índio].

(4) Tamri kitare mejõ *capitão* nã inxu nã  
Deus é Jê, nosso capitão, nosso pai<sup>5</sup>.

Os segmentos em (2) e (4) trazem uma alternância com características de empréstimo, pois nota-se na comunidade uma tendência a utilizar os termos “capitão” e “chefe” para fazer referência à sua liderança, o Capitão Krôhôkrenhũm.

<sup>5</sup> Acerca do presente exemplo, o Chefe fazia referência a uma possível equivalência entre as divindades da cultura não-índia e a parkatêjê. Daí a sentença: “Deus é Jê”.

No capítulo anterior, a frequência de uso de pares homônimos, que leva palavras usadas com menos frequência à substituição, foi apontada como uma das razões para que línguas emprestem termos umas das outras. Visto que a adaptação fonológica e morfológica é o critério que diferencia as duas categorias, alternância e empréstimo, “capitão” e “chefe” são aqui tratados como troca de língua, não como integração dos termos na L1.

A necessidade de designar novos conceitos, refletir as influências políticas, tecnológicas, culturais e até econômicas que uma cultura e, conseqüentemente, uma língua sofrem é outro fator envolvido na mudança do código:

(5) Mpo ita to *dinheiro* nã to mã apa pê  
Trabalhei para ganhar dinheiro.

(6) Rỳ hỳ hõpũ mã mpo ita to *dinheiro* nã  
Eu estava ganhando muito dinheiro.

(7) Mari ito *escola* nã ita *estudar* itan  
**Marília**, fazer escola para estudar.

(8) *Até como* kupẽ to *livro*  
Até como o não-índio, fazer livro.

(9) *Feriado* ita ton kãmã amji pê kaka  
Não quero respeitar o feriado [porque não tinha para os índios].

(10) *Semana santa* mẽ ipê jamrẽre.  
Semana santa nós não tínhamos.

Nos casos de (5) a (10) lacunas lexicais de parkatêjê foram preenchidas com termos de português, alternância motivada pelo novo contexto em que vive a comunidade.

Outra função das alternâncias de código é, segundo Romaine (1995, p. 163), a qualificação da mensagem:

Embora Gumperz (1982) não discuta este tipo de alternância em termos das noções de tópico e comentário, nota-se que muitos exemplos podem ser pensados como uma demarcação da distinção entre estas duas partes do discurso. Um tópico será introduzido em um idioma e comentado ou mais qualificado em outro.

(11) É... A dança kupẽ têkiê  
É... A dança, coisa do não-índio.

(12) A bola kupẽ têkiê  
A bola, coisa do não-índio.

(13) Escola kupẽ têkiê  
A escola, coisa do não-índio.

Em (11) aparece um termo em português para o qual há correspondente em parkatêjê. Entretanto, a “dança” a que o falante se refere não é aquela de sua tradição, mas sim a que foi introduzida por não-índios, um elemento que passou a fazer parte da cultura a partir do contato. (12) e (13) são mais dois segmentos com termos característicos de empréstimos, palavras integradas à língua; porém, apenas semanticamente, para designar novos objetos, novas noções, sem acomodar-se à fonologia ou morfologia da língua. Uma evidência para que “bola”, principalmente, seja considerada aqui como alternância é a ocorrência do artigo “a”, do mesmo modo que em “a dança”, seguindo regra de composição do sintagma em português, em que o determinante indica o gênero e o número do substantivo.

Anteriormente, ao tratar da integração fonológica de termos, a palavra “lei” foi definida como empréstimo, uma vez que ocorre com um morfema fixo que designa posse na língua parkatêjê. Encontrou-se, no entanto, a seguinte ocorrência com este termo:

(14) A lei nã ita anenã airãn toipa wapte akre kêt

A lei, cada governo faz uma; então, vai mudando.

A estrutura que (14) segue é a mesma aplicada em (11) e (12), segmentos nos quais o tópico é apresentado em uma língua e comentado em outra, com os sintagmas nominais compostos segundo a estrutura da língua portuguesa, ou seja, substantivo acompanhado de artigo.

Como visto anteriormente, é difícil definir em que momento um item lexical recebe o *status* de empréstimo numa língua, não sendo clara a distinção entre uma simples alternância e uma incorporação. É nesse contexto de transição, de mudança diacrônica entre alternância e empréstimo que “lei” se encontra: ao mesmo tempo em que mantêm traços do português, como a lateral /l/ e a formação com o artigo, ocorre com morfemas presos da língua.

Para exemplificação da qualificação da mensagem no sentido de amplificá-la ou enfatizá-la destaca-se o segmento abaixo:

(15) Anênã kupê *proibido* ita kupê to  
O não-índio chama proibido.

Novamente, um termo para o qual a L1 apresenta correspondente é proferido na L2.

Há nas narrativas também ocorrências de alternância de nomes da L1 inseridos em sentenças da L2:

(16) Se é *prekêtere* bom  
Se é sogro bom...

(17) Se é *tĩr* mas *tĩr* mas chama *wawy iwawy*  
Se é vivo mas... Vivo mas... [Nós] chamamos *wawy, iwawy*.

(18) Reza não é minha, não é *itekiê*.  
Reza não é minha, não é coisa minha.

(19) Mas *mpo nã* que ele usa eu não quero

Mas coisa que ele usa eu não quero.

- (20) Ó... *me mpaxwà* que nós respeitava tudinho....  
 Ó... Nossa sogra que nós todos respeitávamos.

Nestes segmentos, o falante opta pela L2 como língua de base, inserindo termos de sua L1.

### Considerações finais

Gumperz (1982) relaciona o *code-switching* às escolhas estilísticas dos monolíngues. Segundo ele, esta prática discursiva presente na interação bilíngue sinaliza informação contextual equivalente ao que é transmitido através da prosódia e outros processos lexicais ou sintáticos em ambientes monolíngues.

Nota-se nos dados encontrados para a alternância entre parkatêjê e português que a escolha linguística gera pressuposições acerca de como o que foi dito deve ser decodificado, ou seja, a escolha do código não é uma escolha de conteúdo, mas de estratégia discursiva, de cunho social, pois, segundo Gumperz (1982), os falantes não utilizam a linguagem somente por conta de suas identidades sociais ou de fatores situacionais, buscam também explorar as potencialidades das escolhas para transmitir significados de natureza sócio-pragmática. Assim, o uso de uma variante em detrimento de outra possui relevância de natureza intencional para o significado da mensagem, fazendo da escolha do código não uma escolha de conteúdo, mas principalmente uma estratégia discursiva, como apontado nas narrativas coletadas.

### Referências

- ARAÚJO, L. M. S. de. **Aspectos da Língua Gavião-Jê**. Rio de Janeiro, 1989. Tese (doutorado)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras
- \_\_\_\_\_. Parkatêjê x Português: caminhos de resistência. **IX Congresso Internacional da “Brazilian Studies Association”** (www.brasa.org). New Orleans, Louisiana, Estados Unidos, 2008.
- CRYSTAL, D. **A Dictionary of linguistics and phonetics**, 2006.
- FERREIRA, M. **Estudo morfossintático da língua Parkatêjê**. Tese de Doutorado. Campinas, 2003, UNICAMP.

- GÓMEZ-RENDÓN, J. **Typological and social constraints on language contact Amerindian languages in contact with Spanish**. Utrecht: LOT, 2008.
- GROSJEAN, F. **Life with two languages: An Introduction to Bilingualism**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1982, 370pp.
- GUMPERZ, J. J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge UP, 1982.
- LABOV, W. The Notion of 'system' in Creole Studies. In: **Pidginization and creolization of languages**, 1971, p. 447-72.
- MUYSKEN, P. Code-switching and grammatical theory. In L. Milroy and P. Muysken (ed.) **One speaker, two languages**. Cambridge: Cambridge University Press. 1995, pp. 177-197
- MYERS-SCOTTON, C. Comparing codeswitching and borrowing. **Journal of multilingual and multicultural development**, 1992, p. 19-39.
- POPLACK, S. "Sometimes I'll start a sentence in Spanish *y termino en español*": toward a typology of code-switching. 1980. **Linguistics** 18, 7/8. 581-618.
- ROMAINE, S. **Bilingualism** (2nd ed.). Malden: Blackwell. 1995.
- THOMASON, S. G. **Language contact: An introduction**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2001.
- WARDHAUGH, R. **An introduction to sociolinguistics**. Malden, MA: Blackwell, 2006.
- WEINREICH, U., LABOV, W., and HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: **Directions for historical linguistics**, a Symposium, W. P. Lehmann and Y. Malkiel, Eds. University of Texas Press, Austin, 1968.

Recebido em 28 de fevereiro de 2014  
Aprovado em 19 de outubro de 2014